

Anais do 31º FÓRUM NACIONAL

maio de 2019



Homenagem a João Paulo dos Reis Velloso

T E M A S

Previdência e visão macroeconômica
Inovação e fomento
Infraestrutura e novos leilões

Raul Velloso
(Coordenador)



EDILBERTO PONTES DE LIMA*

Tornei-me economista por conta de um vídeo do professor Reis Velloso. Vizinha à minha casa, eu morava lá em Fortaleza, tinha 16 para 17 anos, havia a TV Educativa, com uma videoteca. Entre os vídeos da videoteca tinha um chamado “O Último Trem para Paris”, que era originário do livro que o professor João Paulo havia escrito, e era uma série de depoimentos dele. Comecei a assistir àqueles vídeos, eu lembro que eu tinha uma namorada na época e ela disse: “Você está assistindo a esse vídeo? Esse senhor aí tão... Essa voz assim tão peculiar, o jeito dele falar tão, tão peculiar”, e eu estava fascinado por aquilo, eu disse: “Olha, isso que eu quero aprender, eu quero ser economista, entender as coisas do Brasil a partir desse vídeo que eu assisti”. E aí acabei fazendo Economia e me interessando muito pelo assunto. Tanto que acabei entrando no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) lá nos anos 90, quando conheci o Raul Velloso, que desde então virou o meu mentor.

Todas as decisões profissionais que tomei até hoje, desde então, o Raul me ajudou, me orientou, mas nem sempre eu segui. Se tivesse seguido, estaria muito melhor do que estou agora. Sempre o consultei, ele foi ao meu doutorado, depois eu escrevi um livro de finanças públicas que foi até finalista do Prêmio Jabuti e ele fez o prefácio. Ele tem me ajudado muito ao longo da vida, sou muito devedor do Raul Velloso e do professor João Paulo, como falei antes.

E falando ainda do professor Reis Velloso, interessante que há um texto de Max Weber que me influencia, que eu sigo a vida inteira e que acho que resume bem o que ele representou. Num famoso texto, Weber dizia o seguinte: “Olha, o que é preciso para fazer uma família se desenvolver, para uma instituição se desenvolver, para um país se desenvolver, para o estado se desenvolver? É dinheiro? É tecnologia? Claro que isso é importante, mas o mais importante de tudo é mentalidade. Dê boas ideias e aí você vai fazer com que aquela instituição se desenvolva, aquela família se desenvolva, aquele país se desenvolva”.

Realmente a gente vê como isso é chave, certas famílias, por exemplo, não têm mentalidade e ganham na loteria, vai ver dez anos depois a família está muito pior do que estava antes, vícios novos se apresentaram. Mas se tem mentalidade, tem boas ideias, depois de dez anos todo mundo se ajeitou. Vale para um estado, vale para um país. Um país que recebe grandes quantidades de recursos naturais, por exemplo – petróleo, diamantes – aí você vai ver depois de não sei quantos anos a

* Presidente do TCE-Ceará.

coisa não está nada melhor, ao contrário, a concentração de renda é muito maior, aquele país desenvolveu muito pouco. Enquanto outros sofrem uma bomba atômica, sofrem um grande choque, você vai lá depois e ele se reconstruiu. Esse é o ponto de Max Weber: mentalidade, boas ideias mais do que dinheiro, mais do que recursos naturais. Então acho que isso o professor João Paulo semeou muito, a boa mentalidade. Veja só o IPEA, esse celeiro de talentos de várias gerações.

Vamos olhar agora para o ponto de vista específico, sobre essa agenda estrutural fiscal brasileira do ponto de vista do Tribunal de Contas, do órgão de controle. Primeiramente, quero falar de uma iniciativa que temos lá no Ceará, que eu acho muito importante. É aquela história de federalismo como laboratório, já falava *Tocqueville* sobre isso, federalismo centralizado é um grande erro, você fica copiando, tudo quanto é lugar copia, quer dizer, a grande vantagem do federalismo que é você ter uma descentralização e poder fazer laboratórios acaba se perdendo pelo excesso de centralização. Vou citar uma experiência que estamos tendo lá que pode se disseminar pelo resto do Brasil.

Há um diagnóstico de que as estradas são péssimas, faz-se uma estrada e depois de seis meses, na primeira ou segunda chuva, se acaba. Eu como presidente do Tribunal de Contas procurei o Laboratório de Pavimentação da Universidade Federal do Ceará, que é um dos melhores do Brasil – tem uma referência lá, tem pessoas lá com conexão internacional muito forte e tal. Comecei a conversar com o chefe do departamento: “Eu queria que a gente fizesse um experimento, retirasse amostra do asfalto de vários lugares do estado e levasse para o laboratório de vocês aqui da Universidade Federal para ver se está tendo corrupção, se o cara está contratando dez e está empregando só nove, material do tipo X e está entregando material inferior e tal”.



Aí ele me contou a história: “Olha, mas eu lhe digo o seguinte, mesmo se o gestor, a construtora, a empreiteira for 100% honesta, e o contratante, o estado, for 100% honesto, mesmo assim as estradas serão ruins no estado do Ceará”. Eu retruquei: “Por quê?”. Ele foi me explicar que as normas, os normativos que envolvem isso, a especificação... Eu disse a ele: “Puxa vida, na época que estudei em Coimbra, fiz lá um pós-doutorado e depois enveredei pela área da Direito também, e aí eu lembro que chovia, o Rio Mondego lá ficava cheio e o trem ficava interditado, ninguém podia pegar trem, então eu tinha que ir de carro. As estradas ficavam impecáveis entre Lisboa e Coimbra”, e o professor disse assim: “Mas lá a especificação são 25cm, na Europa é basicamente isso aí. Aqui são 6cm, 7cm, é isso que diz a norma. Então, por mais que o cara seja honesto, aquela estrada vai ser ruim mesmo”.

O que a gente fez então, resumindo a história: precisamos conversar. E se formou lá no Ceará, está se formando agora o Conselho de Pavimentação de Estradas, no qual está o presidente do Tribunal de Contas, estão representantes das empreiteiras, do Sindicato e da Indústria da Construção Pesada, está o cara do governo do estado do Departamento de Estradas e Rodovias, está o sujeito da universidade, do departamento, todo mundo reunido para exatamente dizer isso: “Olha, vocês estão dizendo que tem problema, mas tem que mudar isso primeiro, se não mudar a norma não adianta cobrar 100%, não é só uma questão de corrupção, pode até haver corrupção, mas não é só isso”.

Esse é um ponto chave porque os Tribunais de Contas agora fizeram um levantamento a pedido até do presidente do Conselho Nacional de Justiça entregue já, das obras paralisadas no Brasil, um negócio escandaloso. Só São Paulo tem mais de 1.600 obras paralisadas ou num ritmo muito lento, e a gente vai ver por que está paralisado. Boa parte é porque os projetos são mal feitos: “Ah, porque o Tribunal de Contas está atrapalhando, é o Tribunal de Contas que está criando obstáculo?”, quando a gente vai olhar isso aí é aquela história do rato devagar, é o preconceito. O Tribunal de Contas está atrapalhando, é o órgão de controle, mas não é! Boa parte daquilo ali é projeto mal feito, começa um projeto e acaba não terminando. Então esse Conselho tem também a finalidade de melhorar esses projetos, o que falta para as coisas andarem melhor. Portanto, creio que um ponto é esse, aquela ideia do Hernando de Soto, de capital morto. No Brasil a escassez de recurso é enorme, o Raul bem apresenta aqui essa queda vertiginosa que a gente teve do investimento público, é vertiginoso. A queda é enorme mas o recurso, que é pouco, é muito mal utilizado. Você começa uma obra e não termina, são milhares de obras no Brasil que começam e não terminam. Se o recurso já é escasso, você ainda deixa um capital morto desse?

Capital morto no Brasil é muito grande, fica parado mesmo, e por que ficou parado? Não se consegue um acordo, a construtora quebra, mergulha o preço e tem uma série de questões para serem tratadas para que o investimento, que já é baixo, seja otimizado, tem um espaço enorme para otimizar esse investimento, quer dizer, a necessidade de otimizar isso é muito maior ainda porque o recurso é escasso. Então esse é um ponto que eu queria chamar atenção.

A outra questão também é a produtividade. Estive recentemente em Dallas para o maior congresso internacional de tecnologia. Creio que é uma coisa que tem de entrar na pauta, na agenda brasileira. Não dá para falar hoje no governo eficiente, governo que hoje tem uma escassez de recurso muito grande, com o déficit gigantesco em todas as esferas, em falar em revolução de produtividade sem falar em inteligência artificial no governo e *big data* no governo, internet das coisas do governo, isso tem que ser integrado fortemente na agenda dos governos.

Lá no Tribunal de Contas do Estado nós contratamos uma empresa que é a maior empresa do mundo, a Sales, com uma licitação, e estamos experimentando uma verdadeira revolução. Como se consegue fazer muito mais coisas com menos! Então o pessoal chega assim: “Olha, tem que fazer concurso”, a gente vai ver: “Olha, gente, antes isso era feito por dez pessoas, hoje você consegue fazer com uma só pessoa”. É uma verdadeira revolução e isso também atende outros pontos. Já que você tem um déficit fiscal gigantesco, você não consegue repor a força de trabalho porque o déficit é muito grande. Isso tem que entrar na agenda: o uso do *big data*, o uso da inteligência artificial, como isso vai revolucionar os governos. Estamos tendo uma experiência prática lá, como isso é forte, e deveria fazer parte da agenda estrutural do Brasil também.

Outro ponto, essa parte dos estados, essas crises periódicas. Lá nos anos 90, vimos tantas renegociações, tanto que depois acabou havendo em 2000 a Lei de Responsabilidade Fiscal, aí nos anos 2000 de novo, agora de novo, quer dizer, é um filme que vai se repetindo essa história de “crise dos estados”. É óbvio que tem de haver um programa de federalismo fiscal no Brasil, senão a gente vai resolver agora, temos R\$ 40 bilhões lá do Plano Mansueto, vai resolver, faz a reforma da Previdência é fundamental, claro porque trata de um problema estrutural, mas mesmo assim me parece que há um problema maior ainda, um problema de federalismo fiscal brasileiro. Temos de partir para um redesenho muito grande do federalismo fiscal brasileiro, os estados têm que ter maior autonomia, quem está no estado – trabalhei 12 anos na União e agora fui para o estado – vejo como os estados são amarrados, como precisa ter muito mais. Raul Velloso sempre diz que “não é o estado, é um

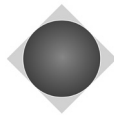
departamento”. É isso mesmo, o estado precisa ter muito mais autonomia. Agora, claro, o ministro Paulo Guedes fala isso e o Waldery Rodrigues falou agora: “Puxa vida, como é que eu vou descentralizar recursos da União se está faltando dinheiro aqui?”. Está faltando dinheiro para mim, como vou dar mais recurso para estados, como é que eu vou descentralizar receita?

Mas o fato é que tem que haver um rearranjo no Brasil, mas com a cláusula obrigatória, acho que tem que ser na Constituição: é proibido auxílio financeiro, tem que ser assim, se o estado quebrar, quebrou. Você dá todas as condições para o estado, para os municípios, mas com essa regra, porque realmente isso estimula, é um incentivo muito forte à responsabilidade fiscal dos estados, onde a situação é muito heterogênea. Vejamos que o próprio estado do Ceará é hoje o que mais investe no Brasil, então tem proporcionalidade na receita corrente líquida. É um sacrifício enorme que se faz para conseguir isso, enquanto muitos outros estados não foram tão rigorosos assim, deram aumentos para certas categorias por uma série de razões, e também por questão de crise, mas o fato é que alguns conseguiram e outros não. Mas aí depois vai todo mundo lá atrás da União, atrás de um auxílio financeiro da União, isso é concedido, e acaba criando um incentivo negativo, incentivo perverso para os estados. Assim me parece que nesse redesenho do federalismo brasileiro, com mais descentralização, essa regra da proibição do auxílio seria fundamental e na minha visão teria que estar na própria Constituição Federal.

Por fim, a questão da Previdência. Quando a gente entrou no serviço público, eu e Waldery entramos no IPEA em meados dos anos 90, os nossos chefes, nossos colegas mais velhos, se aposentavam com 47 anos, com 48 anos, essa era a realidade. Hoje a gente vai se aposentar pelo menos com, se a reforma não passar, pelo menos com 60 anos. Com a reforma, 65 anos. E essa é a quarta reforma em 20 anos, já houve uma grande reforma no governo Fernando Henrique, outra no governo Lula e uma pequena reforma no governo Dilma. Portanto essa é a quarta reforma, não é a primeira reforma, e a impressão que eu tenho, claro que precisa de uma mais forte, porque ela não resolveu, mas o problema era muito mais sério do que antes. Reforma da Previdência parece ser um pouco com o metrô: você nunca termina, metrô está sempre ampliando. De acordo com a dinâmica demográfica, você vai fazendo novas reformas. Talvez, se não se conseguir essa reforma tão profunda, tão estrutural, mas uma reforma que também dê a direção como os outros já fizeram, talvez seja já um bom caminho.

Outro dia eu estava assistindo a uma palestra sobre esse negócio de tecnologia, segurança da informação, quem estava dando a palestra era um comandante.

Depois da palestra eu fui conversar com ele. Esse comandante era uma pessoa da Aeronáutica, tinha 46 anos e era dono de uma empresa, eu digo: “Como o senhor pode ser da Aeronáutica e ser dono de uma empresa?”. Ele disse: “Não, estou na reserva”. Agora, quer dizer, a regra que valia 20 anos atrás para os servidores públicos de uma forma geral continua valendo para os militares, ele tem 46, recebeu um capital humano gigantesco, foi treinado porque ele trabalhou na segurança das Olimpíadas, treinamento enorme nos Estados Unidos e tudo mais, e com 46 anos ele estava na reserva. Quer dizer, lá nos militares essa reforma ainda não houve, não a mesma que já houve muito fortemente com os demais servidores públicos, mas lá ainda não houve, e era essa nossa realidade nos anos 90. Então acredito que já avançamos muito, essa é a quarta reforma e tem que avançar mais ainda. Raul Velloso tem toda razão, os números mostram que a situação continua dramática, mas acho que passos já foram dados e creio que estão sendo bem encaminhados.





Raul Velloso | Joaquim Levy | Wellington Dias | Rogério Marinho
Waldery Rodrigues | Fernando Veloso | Edilberto Pontes de Lima
Nelson Antônio de Souza | Rubens Penha Cysne | Peter Knight
General Waldemar Barroso | Carlos Alberto Flora Baptistucci
Tiago Maranhão | Raphaella Gomes | André Stein
Caetano Biaggi | Mariana Vasconcelos | Maurício Neves
Marcelo Sales | Filipe Borsato | Felipe Gelelete | Carlos Roberto Rodrigues
Paulo Guedes | Ricardo Castanheira | Patricio Júnior | Natália Marcassa de Souza
Adalberto Vasconcelos | Karla Bertocco | Leonardo Rolim Guimarães